

## UMA QUINTA QUE FOSSE SÓ SUA – SOBRE A *CIDADE E AS SERRAS*

### A FARM OF ONE’S OWN – ABOUT *THE CITY AND THE MOUNTAINS*

André Corrêa de Sá\*  
acorreadesa@ucsb.edu

*A Cidade e as Serras*, romance póstumo de Eça de Queirós, é um dos livros que mais controvérsia tem gerado na crítica especializada, que não consegue decidir-se sobre o tipo de ideias e de argumentos que nele se defendem, nem sobre as razões pelas quais se justifica voltarmos a examinar a história de Jacinto. Qualificado por uns, que na história do milionário que troca a Civilização pela Natureza, assim encontrando o sentido para a vida que em Paris lhe faltava, reconhecem o ponto mais alto da imaginação irónica de Eça e a esperança de um humanista que se empenhou em combater a injustiça económica e social, e desqualificado por outros, que o veem como a prova da decadência de Eça, que, abandonando os desígnios de transformação da sociedade que marcaram a sua carreira de escritor realista, traía a sua personalidade literária e nos oferecia, na última fase da obra, a apologia de um Portugal reacionário e tradicionalista. Apesar das diferenças entre os vários juízos críticos, todos nos dizem que *A Cidade e as Serras* corresponde ao espelho da relação que Eça mantinha com Portugal e, em sentido lato, com o Mundo Moderno. Mudando os termos da discussão, neste ensaio procuro mostrar o que acontece se resistirmos à tentação de explicar uma abstracção como ‘Tormes’ nos termos de uma imagem de Portugal e dos portugueses. Concluirei argumentando que, se quisermos encontrar na lição exemplar de Jacinto um conjunto de sugestões ainda úteis acerca de como viver uma vida boa e gratificante, devemos ver a sua opção por Tormes como contingencial, privada e temporária, não como uma solução permanente e comunitária para o tédio moderno.

**Palavras-chave:** Eça de Queirós. *A Cidade e as Serras*. Pragmatismo.

*The City and the Mountains*, a novel published posthumously by Eça de Queirós, is one of Eça’s books that has generated more controversy among specialized scholars, who do not manage to agree on what its ideas and arguments mean, nor on the reasons why we should reread the history of Jacinto. Defended by some critics, who in the history of the millionaire who finds the meaning of life in Portuguese countryside recognize the highest point of the ironic imagination of Eça and the hopes of a humanist writer engaged in fighting economic and social injustice; and disqualified by others, who see this novel as a corroboration of a writer who betrays the critical stance of his realist novels in defence of a reactionary and traditionalist Portugal.

Despite the profound differences between the various critical judgments, we have been told that *The City and the Mountains* is in tune with the relationship that Eça maintained with Portugal and the Modern World. Changing the terms of the discussion, in this essay I try to show what

---

\* Spanish and Portuguese Department, University of California Santa Barbara, USA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6468-745X>

happens if we resist the temptation to explain an abstraction such as ‘Tormes’ in terms of an image of Portugal and the Portuguese. I will conclude by arguing that if we are to find in Jacinto's lesson a set of useful suggestions on how to live a life that is worth living, we should see his experience in Tormes as contingent, private and temporary, and not as a permanent and universal solution to the boredom of the Modern Age.

**Keywords:** Eça de Queirós. *The City and the Mountains*. Pragmatism.

•  
*Life is a bridge. Don't build a house on it.*

Provérbio Indiano

*My old alien body is a foreigner  
struggling to get into another country.*

Jim Harrison

## 1. Introdução

Este ensaio consiste numa tentativa de ler *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, sob uma luz ligeiramente mais pragmatista<sup>1</sup> do que tem sido habitual. O título, como se percebe, é muito livremente inspirado num dos ensaios mais conhecidos de Virginia Woolf (1929). Ao propor, *pace* Woolf, que se imagine um cenário em que a Quinta de Tormes pertencesse inteiramente a Jacinto, estou na verdade a sugerir duas coisas tão imprudentes quanto interligadas. A primeira coisa que estou a sugerir é que, por razões e contextos culturais específicos, grande parte dos direitos sobre Tormes foi passando para as mãos do leitor desde que o livro foi publicado em 1901. A segunda coisa que estou a sugerir é que se quisermos compreender melhor as implicações do que nos diz uma figura como Jacinto deveríamos começar por compreender e revogar os termos dessa transação, devolvendo a Jacinto o que é de Jacinto.

Entretanto, antes de explicar em que sentido este tipo de posição me ajuda a falar sobre o que acontece em *A Cidade e as Serras*, vou começar por apresentar alguns dos aspetos das figuras principais deste romance, bem como alguns dos *insights* que a crítica tem produzido ao longo dos anos. As páginas que se seguem estão divididas em três capítulos. No primeiro capítulo, faço coro com os críticos que já discutiram *A Cidade e as Serras*, acrescentando meia-dúzia de notas de rodapé aos seus comentários sobre os casos de Jacinto e de Zé Fernandes e expondo os maiores problemas que encontro nas tentativas de se transformar Tormes quer em representação, quer em alegoria de um certo Portugal. No segundo capítulo, apresento a minha própria versão da história de Jacinto, comparando o que correu mal em Paris com o que correu bem em Portugal. Além de pequenas diferenças de pormenor, a minha versão distingue-se das outras sobretudo por aconselhar que se veja a aventura de Jacinto em Tormes como contingencial e temporária, e não como uma mudança permanente para as serras de Portugal, como sugere implicitamente Fernandes. Tento ainda chamar a atenção para o campo de ressonância que podemos estabelecer entre as figuras de Jacinto e de Carlos

---

<sup>1</sup> A noção filosófica de ‘pragmatismo’ a que recorro é aquela que Richard Rorty descreve em “Pragmatism, Relativism, Irrationalism” (1982, pp. 160–175).

Fradique Mendes. No último capítulo, irei sugerir que aquilo que podemos aprender com *A Cidade e as Serras* pode ser potenciado se olharmos para Tormes como o destino, o caminho e o território exclusivos de Jacinto – e não como o destino, o caminho ou o território comuns do povo português.

De acordo com o ponto de vista que vou expor nas páginas seguintes, o meu Eça, à semelhança do Eça de grande parte da crítica, ainda se parece com um escritor que se vê como um género especial de terapeuta social. No entanto, em termos que são para mim cruciais, se a litania ancestral da serra e o desejo do *habitus* lusitano foram manifestamente importantes no processo de florescimento de Jacinto, como pretende Fernandes e a crítica nacionalista, muito mais decisivas foram as caminhadas ao ar livre, a rotina de proprietário rural e a ainda mais prosaica constituição de família. Paralelamente, julgo que não temos maneira de extrair uma moralidade de *A Cidade e as Serras* sem compreendermos que a história é tanto a história de Jacinto como a de Zé Fernandes, e que a situação que encontramos no final do romance é, portanto, consequência do modo como o romance tenta compatibilizar – pelo menos – dois pontos de partida e dois percursos éticos distintos. Sendo essas as minhas asserções iniciais, pode dizer-se que as teses neokantianas de António Sérgio (1971) sobre a ética de vida de Jacinto são as que mais se aproximam dos meus próprios argumentos<sup>2</sup>, embora de modo apenas tangencial (e até paradoxal), enquanto as teses de Maria Lúcia Lepecki (1974), que nos dizem que um narrador como Zé Fernandes estende uma ponte de ambiguidade subliminar entre Eça e o leitor, são talvez aquelas com que entro em maior polémica – embora eu pense, com a mesma veemência de Lepecki, que não temos maneira de explicar o livro sem realçar que o curso trilhado por Jacinto emerge da conversação entre os dois protagonistas.

Quero deixar desde já claro que a minha intenção é simplesmente descrever *A Cidade e as Serras* como a história do treino realizado por Jacinto para criticar e exercitar o seu entendimento da vida e, desse modo, aumentar os seus níveis de felicidade. Nesse aspeto, sigo os conselhos de James (1948, p. 96), e procuro testar a importância e o sentido de Tormes a partir das suas consequências concretas. Ou seja, tento mostrar que Tormes é importante porque se tornou para Jacinto um guia para a ação e não porque se tornou para Eça uma forma de enunciar o melhor método para conceber a existência em função de um ideal de equilíbrio entre a tradição e a modernidade, aliando a simplicidade da vida rural à comodidade das inovações tecnológicas (Real 2006, p. 14).

Recorrendo ao tom geralmente usado pelos adeptos da psicoterapia positiva<sup>3</sup>, poderei então descrever Tormes como o espaço onde Jacinto reage ao tédio provocado pela rotina da civilização, aprendendo a substituir o aborrecimento pela curiosidade e a apatia pelo entusiasmo. Se a minha descrição se limitasse a essa conclusão, seria

---

<sup>2</sup> Em “Notas sobre a imaginação, a Fantasia e o Problema Psicológico-Moral na Obra Novelística de Queirós” (1976), António Sérgio apresenta a sua célebre Tese do Ócio, como instrumento de interpretação global da obra de Eça.

<sup>3</sup> Estou a referir-me ao tipo de vocabulário que encontramos, por exemplo, em Christopher Peterson (2013).

absolutamente trivial. Mas eu acrescento algumas variações úteis. Como há pouco sugeri, a principal divergência que mantenho em relação ao modo como os críticos costumam ler *A Cidade e as Serras* é que, para mim, a história de Jacinto não está escrita numa linguagem comum aos portugueses, como pretende Fernandes, mas limita-se a configurar uma linguagem privada do próprio Jacinto. Como irei explicar, esse tipo de provocação obriga-me a abrir mão do desejo de identificar Eça com Jacinto e a Quinta-de-Tormes-do-romance com a Quinta-de-Tormes-que-hoje-podemos-visitar-em-Baião. Se eu estiver na pista certa, *Os Maias*, entendido como análise de uma sociedade decadente, podem ainda referir-se consensualmente a um conjunto de dificuldades que continua a assombrar o Portugal contemporâneo, mas *A Cidade e as Serras*, entendido como o caminho terapêutico de Jacinto, não deve ser usado como ilustração de uma conversão aos valores pastorais, nem sequer como exemplo do tipo de proposições que resultam da crítica racional que Eça de Queirós, desde *As Farpas*, dirigiu às instituições e às práticas com que as elites cegas, parasitárias e autofágicas entristecem Portugal desde 1578. Na minha opinião, *A Cidade e as Serras* deve apenas comparar-se a uma esfera psicodinâmica onde um homem – o tipo de homem que, na obra de Eça, é simbolizado por Carlos Fradique Mendes – escapa das profundezas do seu tédio e recupera a capacidade de agir.

Pensar *A Cidade e as Serras* desta maneira, ou seja, como um ponto de apoio temporário e um estádio de desenvolvimento individual de Jacinto, mais do que como um horizonte mítico que nos oferece uma visão de conjunto sobre os assuntos portugueses de várias épocas históricas (como é habitual dizer-se de *Os Maias*, por exemplo, ou de *O Conde de Abranhos*), permite-me desde logo evitar os problemas que o senso comum e o paternalismo condescendente de Zé Fernandes em relação ao seu companheiro têm causado. O mesmo é dizer que se pode obter um suplemento crítico se utilizarmos um tipo de vocabulário que nos ajuda a descrever Tormes como um Simulador<sup>4</sup>, isto é, como um dispositivo terapêutico onde Jacinto encontra as condições ideais para aprender a expandir, em tempo recorde e com uma excitação muito peculiar, os círculos da sua existência – e a substituir a confiança cega nos poderes e na moral da tecnologia por emoções genuinamente humanas, como a resiliência, o otimismo, o altruísmo e o amor.

## 2. A caminho

Tomado à letra pelo seu título, o romance *A Cidade e as Serras* é geralmente interpretado como a história de uma competição radical entre argumentos filosóficos e estilos de vida simétricos: Jacinto, uma das duas figuras principais, é um milionário parisiense em fase depressiva, que, aos 34 anos de idade, por uma série de razões pessoais, é levado a substituir a utopia complexa da cidade pela utopia simples do campo. Quem nos conta os pormenores de como isso sucede é o seu amigo mais íntimo,

---

<sup>4</sup> O conceito de ‘simulação’ para que remeto é o que Christopher Peterson (a partir de Daniel Coyle) descreve como: “a way to log the necessary practice and thus lay down the myelin” (Peterson 2013, p. 114).

Zé Fernandes, testemunha, narrador e intérprete da sua história. Segundo Fernandes, esta mudança permite que Jacinto corrija as concepções equivocadas sobre a maneira de atingir a felicidade que faziam com que a sua existência em Paris, mesmo rodeada de todos os confortos materiais e de todo o saber que o dinheiro podia comprar, fosse extremamente aborrecida e pouco significativa. Mudando-se para um solar rural em Portugal, onde apenas dispunha do pão, do teto e da enxerga, Jacinto tomou consciência da força de palavras como ‘são’, ‘forte’, ‘livre’, ‘sólido’, ‘paz’, e ‘ordem’ e pôs em prática o tipo de valores e de hábitos que lhe permitiram construir uma vida mais feliz e gratificante.

Apesar da aparente simplicidade da fábula, e da luminosidade e atmosfera familiar de Tormes, muito mais do que *O Crime do Padre Amaro* ou *Os Maias*, *A Cidade e as Serras* parece ter sido capaz de suscitar sentimentos de admiração e desprezo, de familiaridade e distanciamento. Por causa dele, Eça foi chamado de reacionário e de revolucionário, de mentiroso e de ironista, de patriota e de traidor da pátria. De naturalista arrependido. De romântico aburguesado. E, curiosamente, até de ativista ecológico pré-ativismo ecológico. Todavia, a impressão com que se fica depois de se examinar estes comentários é que a maioria dos leitores tenta resolver os inúmeros problemas de interpretação que o romance origina admitindo que Eça de Queirós criou a figura de Jacinto para nos dizer qualquer coisa muito importante e muito verdadeira – sobre ele próprio, sobre Paris, sobre Portugal, ou, em termos gerais, sobre os dilemas e as consequências da Modernidade. Sob este ponto de vista unificador, tão assumidamente ideológico quanto retórico, *A Cidade e as Serras* serve para pôr Portugal em contexto com Paris e os portugueses em contexto com Portugal.<sup>5</sup>

O Leitor Genérico – que é aquele que se refere familiarmente a Eça como o ‘meu Eça’ – tende a concordar com esta explicação. Para além de se recordar dos Virgílios, dos Budas, dos Rousseaus, ele recorda que outros livros importantes do Último Eça, como *A Ilustre Casa de Ramires* e as *Vidas de Santos*, por exemplo, possuem a mesma moralidade cristã e também formulam uma espécie de gramática esperançosa para o ceticismo existencial de uma geração para a qual a dieta restrita da ciência impedira a dose diária de imaginação. Como João da Ega, o Leitor Genérico também sente por vezes uma “saudade infinita da natureza e do verde” e o desejo urgente de “espolinhar-se na relva, beber no fio dos regatos e dormir num ramo de castanheiro” (Queirós 1987, p. 391). Gosta de pensar no Eça dos últimos anos como um homem genuinamente preocupado com a crueldade e com o sofrimento que rodeiam os seus companheiros humanos, e diz-nos que o ofuscamento de Eça com Paris, que culminara com o hedonismo narcísico de Carlos e Ega, deu enfim lugar à reconciliação com o Mundo Português. Continuando a ver *Os Maias* como o zénite da obra de Eça, é assim que o Leitor Genérico interpreta a distância que separa *O Crime do Padre Amaro* de *A Ilustre Casa de Ramires*.

---

<sup>5</sup> Este ponto de vista é claramente o que tem presidido à maioria das interpretações. Paulo Motta Oliveira considera mesmo que Jacinto é uma contrapartida romanesca de posições ensaísticas de Eça: “Jacinto é, nesta perspectiva, Portugal em sua relação com a França, como Eça o enxerga no artigo ‘O Francesismo’” (Oliveira 1997, p. 169).

Digamos que ele vê o volte-face de Eça em relação a si próprio da mesma maneira que vê o volte-face de Ega em relação a Alencar, isto é: ele vê a nova dicção de Eça como produto de uma sábia combinação entre a desilusão resignada e as regras do bom senso – uma combinação que valoriza qualidades positivas como a generosidade, a sinceridade e a cordialidade, em detrimento de atitudes negativas como o egoísmo, o cinismo e a impetuosidade. Dentro deste género de leitor, podemos ainda encontrar o Leitor Lusíada, uma subespécie de temperamento especialmente melancólico, queirosiano por defeito, a quem vem a lágrima ao canto do olho sempre que se fala do jardim à beira-mar plantado. O Leitor Lusíada tende a concordar ainda mais com esta explicação: o estado de coisas do país ainda lhe parece de tal maneira idêntico aos *Maias* que ele nem sequer imagina que se possa distinguir Eça de Jacinto e Tormes de Santa Cruz. Nem isso lhe parece indispensável. Durante a semana, queixa-se sistematicamente do Reino da Estupidez à mesa dos cafés da cidade, consome a sua dose de Eça e mantém-se, por precaução irónica e hábitos letárgicos, a uma distância segura dos políticos e do povo. Mas ao domingo, se tiver oportunidade de subir por umas horas à montanha, volta a ser uma criança extasiada com a paisagem: colhe florinhas, surpreende-se com os pássaros e repete coisas como “Que beleza!”, “Que paz!” e “Que silêncio!”. Sendo particularmente suscetível às ‘tradições’ e às coisas ‘castiças’, ele sente que *A Cidade e as Serras* é tão correto como a parábola do filho pródigo que retornou ao único país a que pode pertencer.

Quanto ao Leitor Profissional, ele tem outro género de responsabilidades e de escrúpulos. Antes de mais, ele tem consciência de que é preciso lidar com uma longa tradição crítica. Por isso, numa primeira fase, leu o que os colegas escreveram sobre a vida e os livros de Eça de Queirós. Leu António Sardinha, António José Saraiva, António Sérgio e Antonio Candido. Leu Mário Sacramento, Prado Coelho, Maria Lúcia Lepecki. Leu Frank F. Sousa e Miguel Real. Leu as biografias de João Gaspar Simões e de Maria Filomena Mónica.<sup>6</sup> Em seguida, como foi treinado para comparar uns com os outros os livros que lê, ele comparou *A Cidade e as Serras* com *Os Maias* e com a *Correspondência de Fradique Mendes*, e comparou figuras como Jacinto e Zé Fernandes com figuras relativamente próximas, como os ociosos Carlos da Maia, Ega e Fradique, e também com figuras mais distantes, mas ainda familiares, como o digno Afonso da Maia e o romântico Alencar. Feitas as aproximações e os distanciamentos, esquadrihadas a ironia e a ambiguidade, formulados os problemas comuns a uns e a outros, ele encolhe os ombros. Ficou com as costas curvadas de tanto ler e não tem maneira de decidir se aquilo que Eça nos quer dizer de tão importante corresponde a uma declaração de afeto e confiança, em estilo gótico e benevolente, ao velho Portugal aristocrático; a um apelo socialista do discípulo de Antero; ou a um brilharete do grande ironista, que morria de saudades de distribuir farpas e pilhérias pelo Chiado acima.

Em todo o caso, o Leitor Profissional tem consciência de que o seu emprego na universidade depende da maneira como ele se mostra capaz, antes de mais, de compreender a história crítica e, depois, de integrar, amplificar, contrariar e, em casos

---

<sup>6</sup> Para uma familiarização com as principais posições críticas em questão, consultar Miguel Real (2006, pp. 73–128).

especiais, de se exasperar com os seus companheiros. É graças a essa responsabilidade laboral que eu, encolhendo também os ombros, escrevo o meu ensaio sobre estas coisas. No entanto, reitero mais uma vez que não quero aqui agudizar nenhum dos debates já conhecidos, mas sugerir, antes, uma inflexão crítica. Quero por isso começar por discordar da ideia de que *A Cidade e as Serras*, à semelhança de *O Crime, O Primo Basílio* e *Os Maias*, compreende um comentário sobre as cláusulas do contrato que se estabelece entre Eça e Portugal.

O primeiro problema do tipo de explicação que até agora resumi é que Eça nunca foi Jacinto – da mesma maneira que nunca foi Carlos, nem João da Ega, nem Fradique Mendes, que não passam de paráfrases infiéis do seu criador. Inúmeras passagens da correspondência com a mulher provam que ele nunca viveu nem pensou em viver no solar que Emília herdou. Eça visitou-o pela primeira vez em maio de 1892, depois de decididas as partilhas, acompanhado da cunhada, Benedita. Em carta datada do dia 28 desse mês, acabado de chegar da pitoresca excursão pelo Douro, Eça comunicava a Emília as primeiras impressões acerca da Quinta de Santa Cruz (Queirós 1986, pp. 1592–1594). A mulher, aristocrata, estava interessada em fazer de Santa Cruz uma quinta para as férias. Depois de examinar a quinta e traçar uma planta minuciosa da casa, o marido respondia-lhe pela negativa. Se Eça considerava as paisagens do Douro “extremamente belas” e achou “soberba” a localização e “excelente” a qualidade das terras, o mesmo não aconteceu com a casa.

Eça reconheceu que se tratava de uma casa sólida e bem construída, de aparência “hercúlea”, que nem sequer precisava de obras extensas, mas achou-a “feia, muito feia”: tinha uma “fachada hedionda” e as escadarias eram de “um mau gosto incomparável”; por dentro, tinha a agravante de estar “pessimamente dividida”, com poucos quartos e salões de tamanho desproporcional. Por muito que nos custe, as suas palavras não deixam qualquer dúvida acerca dos sentimentos que Eça nutria pela ‘simplicidade’ do mundo rural português: “Como quinta”, dizia Eça, “não é quase habitável – a não ser para quem tenha a agilidade, a constância e a experiência das cabras” (Queirós 1986, p. 1592). Em junho de 1898, depois de mais uma visita a Santa Cruz, Eça reforçou essa ideia. O modo como conclui a missiva a Emília descrevendo as limitações do casarão é inequívoco: “Não há quartos – não há mesmo cozinha. Realmente a casa, tal como está, é um vasto celeiro. Excelente para guardar milho – impossível para conter uma família” (*ibidem*). Sempre que Emília voltava a falar na ideia de uma casa no campo, o marido respondia-lhe que a quinta era muito bela, fértil e espaçosa, e podiam dela tirar bom rendimento, sim senhor – mas pensar em sepultar-se nos penhascos do Douro, isso é que não! E nem valia a pena sequer perder tempo com tais fantasias! O facto é que, para o escritor, nem Santa Cruz estava à altura da sua imagem ficcional, nem ele próprio estava, se quisermos, à altura de Jacinto.

O segundo problema que encontro, e que mal consigo aflorar, é que a Paris e a Tormes do romance, unidas por uma meditação densa e profunda sobre a relação do homem com a tecnologia, são articuladas por gramáticas muito distintas. Se podemos afirmar sem extensa argumentação que na cidade que Eça descreve se espelham as estruturas de sensibilidade da Paris do final do século XIX, cuja atmosfera moderna, como observa Eduardo Lourenço (2006, p. 36), impactou mais profundamente Eça do

que qualquer outro dos seus companheiros, Tormes, a bem dizer, nunca existiu – é um mero tropo ficcional, um Jardim Imaginário. Todavia, a tradição queirosiana insiste na importância de se estabelecer uma conexão estática entre a propriedade que a mulher herdou e a Tormes de *A Cidade e as Serras* e até entre Eça e Jacinto. As ressonâncias são implicitamente ontológicas. É como se os leitores tivessem começado a levar a sério a nota editorial que Ramalho Ortigão inseriu na primeira edição de *A Cidade e as Serras*<sup>7</sup> – comunicando-nos de forma sensível e inspiradora que as piedosas páginas do romance levavam até ao leitor um “terno suspiro de doçura, de paz, e de puro amor à sua pátria” (Ortigão 2009, p. 235). Esta apropriação foi integralmente formalizada poucos anos depois, quando os intelectuais ligados ao Estado Novo se aperceberam de que os traços positivos da fantasia de Jacinto podiam ser utilizados pelo seu efeito moral e doutrinário, ao contrário das fantasias de Afonso da Maia e Fradique Mendes, decorrentes de um desprezo displicente pelo país real. Independentemente das inclinações ideológicas do leitor, a casa e a quinta de Tormes passaram a cristalizar um orgulho nacionalista e o tempo mítico da sua realização numa Idade de Ouro. Como se já não bastassem os problemas causados pela textura complexa da ironia queirosiana, pelas interpretações facciosas do romance e pela confusão entre a vida e a imaginação de um escritor, a relação dos portugueses com *A Cidade e as Serras* desenvolveu-se a um nível totémico. A quinta de Tormes transformou-se *nunc et semper* num amuleto que nos transmite, aos vencidos da vida, as mensagens nostálgicas da infância em que se foi feliz.

Considerando a natureza estática deste vínculo psíquico – que nem Eça nem Jacinto tiveram, mas nós, ironicamente, replicámos – o cenário que proponho não pode ser senão chocante e puramente hipotético. A luz mais fria do que a habitual sob a qual insisto em reler este romance é uma luz que me ajuda a simplificar a imagem de Tormes, extraindo-a das garras dos nossos arquétipos nacionalistas, dos nossos rituais identitários e das nossas nostalgias pelo tempo perdido. Diz-nos Virginia Woolf que ter um quarto que seja só seu, e dinheiro para as próprias despesas, é condição necessária para poder fazer da vida uma obra de ficção. Tormes é importante para nós, portugueses, porque nela julgamos observar o lugar mítico do nosso consolo, mas é muito mais importante para Jacinto, que nela desenvolve uma transformação profunda do seu ser.

Acontece que para que pudéssemos reconhecer em Tormes a verdade, o bem e a beleza que insistimos em lá reconhecer, como se a verdade, o bem e a beleza de Tormes fossem uma receita genérica de experiências significativas para todos os portugueses afetados pelo sentimento de que a vida é desprovida de sentido, Jacinto, coitado, foi praticamente forçado a desfazer-se dela. É importante sublinhar que não nacionalizámos nem o Ramalhete, nem o Hotel Central, nem a Vila Balzac, nem a casa de Fradique em Paris, nem sequer nacionalizámos a Quinta dos Olivais que Carlos arrendou a Craft –

---

<sup>7</sup> Como se sabe, à data da morte de Eça de Queirós o manuscrito de *A Cidade e as Serras* estava incompleto. A preparação da edição foi confiada por Emília de Castro a Ramalho Ortigão, que introduziu um número muito significativo de emendas e, muito provavelmente, teve uma influência decisiva na versão que conhecemos das páginas finais do romance, que Eça não teve tempo de rever.



pelo contrário, todos permanecem como símbolos exauridos de um mundo trágico que o romance ajuda a derrogar. Em compensação, como se houvesse uma afinidade essencial evidente, expropriámos com toda a facilidade a quinta e a casa de Santa Cruz, banhadas pela santidade do céu azul ferrete e do sol tépido, como se estas ficções, pensadas como uma ideia e um lugar especial, exprimissem o desejo de Eça de Queirós de viver ‘entre portugueses’ os seus últimos anos.

As conseqüências dessa doutrina são necessariamente cumulativas. Desde logo, o que mais parece importar em *A Cidade e as Serras* não é o modo como Eça nos oferece uma pintura nítida dos costumes do seu tempo ou respostas para perguntas gerais sobre a conduta da vida – isso poderá ser o assunto de *Os Maias* – mas convencer o leitor a deixar-se pastorear no redil de solidez e eternidade da serra portuguesa. Se aderirmos a esta atmosfera ‘simples do campo’, duas horas de leitura podem ajudar-nos a recuperar o bem-estar físico e moral típico das ilustrações do *Livro de leitura da terceira classe*: Jacinto, o herói que resiste a todos os infortúnios, faz as vezes de Vasco da Gama ou de Afonso de Albuquerque; Tormes, muito sólida, faz as vezes do Castelo de Guimarães; e os rendeiros de Jacinto – esfomeados, doentes e humilhados, mas felizes – fazem as vezes da família de aldeões. Nesta perspectiva, o ‘Caminho de Jacinto’ que nos instigam a trilhar não é apenas o caminho rural para a quinta que serviu de inspiração para a quinta de *A Cidade e as Serras*, mas representa a epifania provocada pela contemplação da beleza e do esplendor da montanha portuguesa. Para dar mais força à autoridade de Tormes no mundo de Eça, fez-se de Santa Cruz a sede providencial da Fundação Eça de Queiroz, e quem quiser hoje aprender mais sobre a vida e a rotina de Eça pode passear-se um dia inteiro pela quinta de Tormes, admirando os livros do escritor e a mesa alta onde escrevia, mesmo que este nunca lá tenha morado ou sequer alinhavado uma linha à sombra dos arvoredos.<sup>8</sup> Em 1989, aliás, decidiu-se mesmo transladar os restos mortais do escritor de Lisboa para o cemitério de Santa Cruz. E com o andar da carruagem nem a antiga Estação Ferroviária de Aregos, nas cercanias da casa, escapou a esta mistificação: quem lá desembarcar, rumo à passeata pela quinta, vai ler na placa, com um sorriso cúmplice nos lábios: ‘Estação de Tormes’.

Entretanto, tanta bonomia faz-me procurar bolores escondidos atrás dos armários. É certo que não é possível exagerar o poder e o alcance da ironia de Eça. Ele disse-nos tudo o que pensava – rindo, enxovalhando e lamentando – sobre os portugueses e sobre Portugal. No entanto, há momentos em que até os intelectuais particularmente dotados para a análise da realidade se podem dar ao luxo de dispensar as alegorias e as reflexões profundas sobre tópicos como a condição humana, a alma nacional ou os conflitos entre a cidade e o campo, que são assuntos bolorentos e muito trabalhosos de pensar. Em contrapartida, quero recomendar ao máximo que Tormes possa ser tanto para Jacinto como para Eça *apenas* uma quinta aristocrática no Douro, uma quinta cujos arvoredos e coutadas de caça não tenham de ser partilhados com os enxames de turistas, nem sirvam

---

<sup>8</sup> Consultar A. Campos Matos (2006, p. 7). Este livro, que consiste num guia do património material mantido em Tormes pela Fundação Eça de Queiroz, é um exemplo maior de como os ‘queirosianos’ assimilaram numa imagem unificada o universo literário e os factos biográficos de Eça.

para formular os princípios adequados para resolver os problemas do país. A larga avenida de faias, o solene portão brasonado e o furor dos cães estão lá precisamente para demarcar o perímetro da quinta e do feudo de Jacinto. E à medida que o esplendor de Tormes cresce, essas instâncias, cada vez mais nítidas, passam a exprimir o *nomos* do território a que Fernandes, enlevado, chama o “Castelo da Grã-Ventura”. Nesse sentido, portanto, a sua liberdade é a nossa vedação.

Talvez isso explique que mesmo que saibamos escutar os cânticos pastorais de Tormes e os ecos proudhonianos que sustentam a “bonita revolução” realizada por Jacinto nas serras, segundo a formulação de Prado Coelho (1996, pp. 212), lido hoje o romance dificilmente altera a nossa imagem de Portugal. Mesmo que muitos autores tenham deixado evidente que é possível interpretar a intercessão de Eça a favor de Tormes como uma intercessão a favor da “questão rural portuguesa”, isso obriga-nos a não ter em conta que esse contexto surge em *A Cidade e as Serras* apenas como elemento da matriz mítica que sustenta a imagem do patriarcado que Jacinto parece ter restabelecido. Por exemplo: embora Eça denuncie pontualmente a pobreza que afeta as populações desfavorecidas da serra – ou melhor, a pobreza que afeta os rendeiros pobres de Jacinto – e sugira que melhorias como casas, escolas e telefone podem contribuir para transformar com eficácia a realidade social, nunca perde tempo a descrever o sofrimento e os problemas associados à emigração, cujos níveis eram especialmente massivos e preocupantes no Norte de Portugal. Por essa razão, julgo que o que de mais original e duradouro Santa Cruz produziu no espírito de Eça foi o Simulador de Tormes – que, nos termos pragmáticos que recomendo, é a história de um milionário parisiense deprimido que acaba por se recriar a si próprio através de um confronto com a floresta. Para já, falemos dessa viagem entre Paris e Tormes.

### 3. Mudar o rumo da conversa (1)

Primeiro é preciso imaginar um milionário supercivilizado do fim do século XIX saindo do seu palácio de Paris, no meio de uma crise de tédio, para passar uma temporada numa serra de Portugal, onde o esperam numa casa que é sua mas que nunca visitou, para transladar para um novo jazigo os restos mortais dos avós. Supercivilizado quer aqui dizer, muito simplesmente, que ele pensava que o sucesso da humanidade depende essencialmente do sucesso da ciência e que colocava os seus dias e a sua fortuna ao serviço dessa crença. Podemos, para já, chamar a essa ideia *positivismo*.

Jacinto ia a Portugal por causa de um infortúnio: sucedera que a digna igreja do século XVI onde estavam depositadas várias gerações dos seus antepassados tinha desabado durante uma tempestade, e as dignas ossadas dos avoengos estavam soterradas debaixo do entulho num amontoado informe. Assim que recebe a notícia, Jacinto telegrafou ao seu procurador em Portugal para que tratasse de mandar reerguer a capela. Disse-lhe que não esquecesse a natureza piedosa e reverente de tal obra; acima de tudo, recomendou-lhe que gastasse o dinheiro sem olhar a custos – “como a água de um rio largo” (Queirós 2009, p. 62). E o assunto não terminou por aí: a má notícia teve o efeito de uma intimação moral, e Jacinto decide deslocar-se a Portugal para presidir pessoalmente às cerimónias fúnebres.

Pela primeira vez na vida, o milionário havia de sair de Paris para conhecer uma das propriedades que tinha em Portugal. A decisão tinha implicações sérias. Para alguém para quem a realização do progresso se confundia com a expansão ilimitada das cidades, para quem até o Bosque de Bolonha era uma selva sem préstimo, cheia de humidades e ervas daninhas, uma expedição a um lugar remoto da remota Península Ibérica não podia dar bom resultado. Embora lá estivesse o seu património e de lá viessem os rendimentos, Jacinto não fazia ideia do que ia encontrar na terra dos avós, embora tivesse a certeza de que não ia encontrar Paris. Por isso preparou a expedição como quem prepara um êxodo. Durante algumas semanas, despertou da inércia constante que o prostrava pelos sofás, bocejando, e entregou-se histrionicamente aos preparativos da viagem. Por segurança, decidiu levar o amigo Zé Fernandes, hóspede íntimo da casa de Paris. Originário das mesmas serras, Fernandes ajudaria decerto a amenizar a longa travessia e a evitar atrapalhões com os indígenas no momento do desembarque.

Tal como as figuras de Carlos da Maia, João da Ega ou Fradique, a figura de Jacinto consiste numa série de autoimagens de Eça de Queirós, que dele se distinguem, principalmente, porque podem viver luxuosamente do dinheiro que herdaram. Tal como estes, Jacinto é rico, tem uma personalidade magnética e converte-se num pessimista cético antes dos trinta e cinco anos. Lembra vagamente Jean des Esseintes, o esteta autoindulgente de *À Rebours*, de Huysmans. Lembra vagamente Antero de Quental, sobretudo o Antero que Eça evoca em “Um Génio que era um Santo”, o célebre ensaio encomiástico dedicado ao companheiro há pouco desaparecido. Lembra vagamente o brasileiro Eduardo Prado, um dos amigos mais próximos de Eça nos anos de Paris, que se apetrechava obsessivamente com todos os conferençofones, águas minerais e escovas de cabelo disponíveis nesse século XIX. Sérgio Guimarães de Sousa (2012, pp. 489–497) demonstrou que Eça também pôde muito bem ter-se inspirado em Kin-Fo, personagem principal de *Les tribulations d’un chinois en Chine*, de Verne, para imaginar o milionário supercivilizado e pessimista.

Como Fradique, Carlos da Maia e Antero, Jacinto era um *magnífico varão*, a quem a roda da fortuna sorrira desde o nascimento, a quem todas as glórias estavam prometidas, a quem o dinheiro nunca iria faltar. Mas que, mesmo assim, descobriu aí pelos trinta anos que a vida não tinha sentido. Nascido e criado em Paris, em relação a Carlos, a Ega ou a Fradique, Jacinto tinha a vantagem de não ser apenas português – o que para Eça já não devia ser pouca coisa. O avô, miguelista ferrenho e riquíssimo, por despeito da revolução liberal tinha-se exilado em Paris, com a mulher e o filho, quando o seu príncipe caiu em desgraça e os liberais se fixaram de vez no poder. Jacinto já por lá nasceu, de maneira que Portugal para ele nunca fora senão um sotaque estrangeiro e uma nostalgia distante. Ao contrário do pai, que viveu como uma sombra nos corredores e morreu cedo, Jacinto cresceu forte e saudável – mas ainda assim, tal como o pai, e tal como Afonso e Carlos da Maia, foi educado para se tornar mais um membro da casta dos aristocratas ociosos, abúlicos, sem qualquer ambição para além de viver dos ilimitados recursos que herdara.

Ainda que a tabuada e o latim entrassem nele “como o sol por uma vidraça” e ele se movimentasse pelas filosofias “como enguia lustrosa na água limpa de um tanque”

(Queirós 2009, p. 8), o “Príncipe da Grã-Ventura” só estava interessado em compreender bem as coisas. Na juventude, ao contrário dos românticos companheiros de geração, o Príncipe percebeu que não valia a pena sofrer os “tormentos da sensibilidade” (*ibidem*), e aplicou as suas energias a pôr em prática a tese de que a probabilidade de conquistar a felicidade seria maior se o indivíduo empregasse a sua vida a acumular e combinar todo o saber teórico e toda a tecnologia que a humanidade tivessem produzido. A sua crença era de que assim se obteriam descrições mais objetivas, mais profundas e mais úteis da realidade, imprescindíveis para que os seres humanos expandissem a sua humanidade na direção de uma vida mais realizada.

Os companheiros aclamaram por toda a Paris a sua semântica original, e os aposentos da sua casa foram luxuosamente aprovisionados com múltiplos aparelhos vanguardistas, cada um deles desenhado para realizar com suprema eficiência uma tarefa específica. Uma noite, conversando com Zé Fernandes no mirante que mandara instalar em casa, Jacinto defendeu a simplicidade e a supremacia do método materialista e racionalista com o exemplo dos binóculos: se recorrermos a um par de lentes de aumento, dizia ele, seremos capazes de compreender que a vidraça do outro lado da avenida, que a olho nu nos parece apenas um contorno indistinto, é afinal a montra de uma mercearia, com presuntos e caixas de figos secos. Ele tenta com isso demonstrar que a vida pode ser gradualmente melhor se o homem fizer um esforço consciencioso para reduzir as fronteiras do seu mundo a grandezas matemáticas, e, de acordo com o espírito do tempo, pensa que isso se consegue fazendo incidir sobre a humanidade a luz da razão tecnológica. Fernandes, não extraindo consequências importantes da tese de Jacinto, embora derroque a utilidade do racionalismo, não vê ao mesmo tempo razões para confrontar as crenças ou as aspirações seja de quem for.

Aderindo à narrativa positivista, Jacinto dividia o mundo do final do século XIX entre o Mundo Civilizado, emancipado de Deus, cujo centro de gravidade estava em Paris, e o Mundo das Trevas, que aspirava a tornar-se civilizado, cujo centro de gravidade estava também em Paris. Em termos heideggerianos, isto corresponde à divisão entre o mundo já desvelado pela técnica e o mundo que a técnica poderá desvelar. Sob o ponto de vista de Jacinto, o destino do luxuriante *modus vivendi* da Cidade, símbolo da harmonia e do progresso, era ser globalmente exportado, colonizando as outras parte do mundo. Quando alimentava a crença de que a multiplicação de “todas as noções adquiridas desde Aristóteles” por “todos os mecanismos inventados desde Terâmenes” (Queirós 2009, p. 9) podia articular entre si o corpo e a alma de um homem novo, poderoso e intencional como Adão, capaz de controlar toda a natureza com um piscar de olhos, Jacinto estava igualmente a alimentar a crença na missão civilizadora do Ocidente. Isso quer dizer, mais ou menos, que Tormes ou África são rótulos perfeitamente permutáveis entre si. Daí que Lindeza Diogo e Sérgio Sousa descrevam o Jacinto supercivilizado como uma figura prometaica que desafia o poder de Deus (2001, pp. 115–142). Mas, curiosamente, o seu interesse pela tecnologia não tinha nem verdadeira paixão, nem verdadeira inquietação. Não passava de um impulso plano, horizontal, sem a audácia desafiadora. Expressão de uma existência obcecada pelo ócio, na expressão de António Sérgio, Jacinto não continha sequer o germe de uma ação.

A influência do meio tem um papel decisivo. Como Carlos da Maia ou Fradique, Jacinto foi solidamente modelado pelas suas origens sociais. Nunca precisou de ser mais do que um homem de gabinete, cheio de planos e orgulho de classe, e se na juventude tinha um arcaboço flamejante de herói renascentista, no decurso dos anos foi-se tornando cada vez mais pálido, cada vez mais enfadado e incapaz de realizar fosse o que fosse. Passou a viver em diferido. Amigos íntimos, Jacinto só conservava três, e um deles era o Grilo, o criado que o servia desde miúdo. O sumptuoso 202 podia estar calafetado com todos os livros e com todos os aparelhos, mas o caminho da felicidade do Príncipe, quando confrontado com detalhes práticos, revela-se cheio de pedras: era a canalização que rebentava, era a eletricidade que faltava, era o peixe que ficava encravado no elevador. Podia possuir dezenas de milhares de volumes em depósito, mas não lia nenhum. As laranjas não sabiam a laranjas, mesmo quando se comiam geladas em éter. A sua agenda podia ter duas páginas de compromissos diários, mas, como Ega e Carlos, ele sentia que todo o esforço era inútil.

A sua Arte da Vida tinha, portanto, uma falha implícita: em vez de se tornar gradualmente mais feliz, Jacinto começa a ler o “Ecclesiastes” e deixa-se gradualmente abater pelo pessimismo de Schopenhauer. Os dias são curtos e monótonos e, como uma interminável planície, uniformes e aborrecidos. Uma noite em que se sentia particularmente abatido, Jacinto chega mesmo a confidenciar a Zé Fernandes que vive “como um morto”. Seja como for, mesmo os acidentes domésticos não constituíam verdadeiras Tempestades de Alto Mar, mas limitavam-se a ser breves agitações no Grande Lago do tédio: a prova cabal é que quando os canos rebentavam, a eletricidade faltava e o peixe ficava preso no elevador, Jacinto chamava de imediato os pedreiros e mandava instalar os aparelhos mais recentes; e quando as proposições científicas falhavam, ele acumulava ainda mais livros. Tudo pertence ao mesmo quadro de tédio geral. Jacinto nunca deixou de confiar na tecnologia e na moralidade da cultura científica nem de reforçar os sistemas de prevenção e de seguro (Sloterdijk 2005, p. 103). Como os dispositivos falhavam muitas vezes, o 202 estava sempre em obras. Como o conhecimento era sempre insuficiente, os livros foram-se reproduzindo em todos os aposentos do palacete.

A este propósito, é importante lembrar que, enquanto preparava as bagagens, tudo o que ele queria saber a respeito da serra era que os confortos da sua casa podiam ser transpostos em apenas algumas semanas para qualquer parte do mundo, fizesse sol ou chuva. Recordemos, por exemplo, as páginas em que se descrevem os árduos preparativos para a viagem nos termos de um frenesim consumista. A histeria de Jacinto pela logística da viagem é equivalente à histeria consumista que o absorvia na demanda da felicidade: ao mesmo tempo que fazia encomendas nos grandes armazéns de Paris, Jacinto voltava a aparecer nos salões, brilhando como um sol. Nesse espírito reviu os mapas e os horários dos comboios, escreveu ao caseiro mandando pintar, assoalhar e envidraçar com urgência o casarão, e expediu por comboio todos os “confortos” (Queirós 2009, p. 107) necessários para ordenar as paisagens lúgubres de Tormes de acordo com o papel de parede e os estofos do seu palacete dos Campos Elísios. Até um para-raios mandou embalar, com receio das trovoadas.

O que ele queria era chegar à serra e sentir que não tinha sequer saído de Paris. Levar-se a si próprio, num sentido simultaneamente homeostático e adâmico, significa que ele acreditava poder transportar consigo, acondicionadas num contentor estanque, as fronteiras e as referências mentais e técnicas com as quais se propunha redesenhar o mapa da serra em torno da sua esfera epistemológica. Se o plano fosse devidamente cumprido, dizia Jacinto a Fernandes, esse tenebroso casarão medieval iria rapidamente incorporar o princípio de continuidade instaurado pela época moderna e transformar-se num *resort* sofisticado onde um milionário como ele pudesse divertir-se um pouco e descansar do *stress* de Paris, uma estância onde não teria de abdicar em momento nenhum do “éter confortável da grande estufa” (Sloterdijk 2005, p. 227) que só a ‘Cidade’ lhe podia oferecer.

Apesar da preparação intensiva, o destino trocou-lhe as voltas e os planos saíram completamente furados: na viagem, debaixo de grossas chuvas diluvianas, perdeu-se dos criados e das bagagens; chegado à estação em Portugal, ninguém o esperava para o guiar até à quinta; quanto à casa, as obras mal tinham começado e nem sinal havia dos trinta e tal caixotes de Paris. Comparado com o 202, o solar de Tormes era hediondo. De qualquer maneira, tendo corrido tudo pelo pior, como acabou mesmo por correr, o problema podia nem ser muito grave. Se não houvesse condições para ficar na quinta, muito bem, o nosso milionário podia simplesmente hospedar-se num hotel próximo, até decidir o que fazer. Afinal de contas, o tempo estava esplêndido, a paisagem era maravilhosa e ainda havia que tratar da transladação das ossadas dos avós para a nova capela: afinal fora esse o motivo que o levava a calcorrear todo o caminho desde Paris. Mas a história não nos é contada dessa maneira.

Há pelo menos um motivo óbvio para isso: por força das próprias circunstâncias pessoais, Fernandes vê-se coagido a interpretar as coisas de uma maneira que seja lucrativa para ele. Julgando que está a contar-nos a história de Jacinto, está na verdade mais ocupado a contar-nos a sua própria história – que não é a história de um homem que vira as costas à Grande Cidade Decadente, atirando ao lixo o “pútrido rebotalho da Civilização” (Queirós 2009, p. 232), mas a história de um homem que depois de gorada a fantasia da Civilização, retorna à aldeia onde nasceu, conformado com a perspectiva de se entregar a uma existência de pequeno proprietário rural. É por isso que ele tenta tirar o máximo partido do potencial narrativo da oposição binária entre a Cidade e a Serra bem como das ressonâncias míticas dos acontecimentos. Durante a primeira parte do romance, Zé Fernandes – parodiando a crença de Jacinto na moralidade da ciência – tinha desenvolvido a tese de que nem sempre podemos levar a sério aquilo que os cientistas dizem. Para ele, ser capaz de distinguir presuntos através de uma vidraça não nos põe numa relação mais próxima com a realidade, nem nos dá qualquer tipo de recomendação acerca de como atingir a felicidade. Por outro lado, a Ilusão e a Decadência de Paris já não lhe inspiravam confiança. A ligação a Madame Colombe é disso o exemplo maior.

O primeiro jantar na quinta, correlato dos jantares de Paris, ilustra de maneira justa o choque terapêutico provocado por Tormes, ao evocar o momento em que Jacinto começa a emergir dos nevoeiros do tédio com uma fome de pastor da Arcádia. Na sala de jantar escura e suja que lhe improvisaram na casa decrépita, diametralmente oposta à

de Paris, um magro Jacinto, ainda coberto do pó da viagem, é persuadido a devorar grandes porções de caldo de galinha, arroz com favas e frango assado, empurrando tudo com um vinho verde muito frio que entrava na alma mais “que muito poema ou livro santo” – e claramente muito mais do que qualquer uma das faustosas refeições de Paris. Terminado o jantar, mais desenhado, acomoda-se o senhor de Tormes com o amigo diante de uma janela, os dois fumando e pensando, debaixo do céu de verão. Em Paris, encadeados, os seres humanos e os astros tinham o costume de se ignorarem mutuamente; agora, à vez, os dois amigos tentam identificar os corpúsculos distantes. Não sabem dizer. Zé Fernandes, contemplativo e nostálgico, aproveita para discorrer meia dúzia de banalidades sobre a pequenez do Homem face à imensidão do Universo; e nem percebe que Jacinto, dormitando sob a luz branca das estrelas de que não sabe dizer o nome, começava a descobrir que, mesmo frio e distante, afastados os véus da luz elétrica, o céu pode afinal ser um conforto. Se Zé Fernandes procura sentir as ressonâncias metafísicas do universo, Jacinto limita-se a ressonar. Por esse motivo, quando ao amanhecer parte a cavalo para Guiães, sem acordar Jacinto, que dorme profundamente, Fernandes nem sequer põe a hipótese de que o amigo vai mesmo ficar por lá.

#### 4. Mudar o rumo da conversa (2)

Em segundo lugar, é preciso imaginarmos que alguma coisa aconteceu da noite para o dia. Literalmente da noite para o dia. Que os contornos de uma nova imagem, um novo vocabulário, se foram conjugando na consciência de Jacinto – durante a refeição, enquanto observava o céu estrelado, enquanto se abandonava a um sono reparador – como se na serra ele estresse uma página em branco da vida. A ideia inicial, como diz Jacinto a Zé Fernandes, era abalar para Lisboa assim que pudesse, e de lá para Paris. No entanto, a viagem acabou por ser adiada. Há muito tempo que não dormia tão bem e o sol ia alto quando acordou. Não podia chamar o Grilo, nem sequer Zé Fernandes, mas também não precisou: a sensação de repouso geral, o banho matinal no tanque da quinta, a pratada de ovos com chouriço que lhe prepararam, tudo coisas simples e retemperadoras, tinham-no deixado com a sensação de quem finalmente alivia a gravata e desaperta o colarinho. Longe da “civilização”, o ar tornara-se muito mais respirável. Estava a salvo das opressões. Sentia-se com energia para lidar com o presente. Caminhou pelos campos e pelos pinhais, alimentou-se fartamente de refeições simples e substanciais, pescou trutas, leu a *Odisseia* e as *Crônicas de Froissart*. Dia após dia, semana após semana, estação após estação, Jacinto deixou-se ficar pelas serras, adiando o reencontro com a Cidade.

No esquema conceptual de Zé Fernandes, partilhado pela maior parte dos comentadores, a linearidade da narrativa está suportada nos termos de uma antinomia entre a Cidade Grande e a Aldeia. Tudo se passa como se uma porta se tivesse fechado e outra se tivesse aberto e a consciência iluminada de Jacinto tivesse simplesmente descoberto que a vida em Tormes era melhor que a vida em Paris. Assim que chegou à serra, já de si um ambiente frugal, em circunstâncias agravadas que o obrigaram a abrir mão da neurótica demanda da ideia de ‘civilização’ e ‘reduzir-se’ a uma vida mais

autêntica, Jacinto foi capaz de descobrir um ‘sentido verdadeiro’ para a vida e regenerar-se num ‘jacíntico’ homem novo. Zé Fernandes também pensa que a remissão total dos sintomas depressivos ao fim de poucas semanas é a confirmação de que a sua maneira de ver as coisas está correta, e nem sequer precisou de dar grande destaque aos episódios do casamento e do nascimento dos filhos. Esse tipo de ‘acontecimento’, que o narrador resolve em meia-dúzia de linhas, não é visto como um cume da sua existência íntima, mas como uma simples grinalda do estandarte do Príncipe do Castelo da Grã-Ventura.

De qualquer maneira, podemos dizer que para Jacinto a Serra é aquilo que ele ganha quando decide viver na sua propriedade rural em Portugal e é aquilo que ele perde se decidir regressar a Paris. Mesmo correndo o risco de parecer levemente difusa, esta fórmula graciosa permite-nos acomodar uma grande quantidade de pontos de vista substancialmente diferentes sobre ‘Civilização’ e *A Cidade e as Serras*, duas das celebradas narrativas da última fase de Eça de Queirós, geneticamente ligadas entre si pela simples razão de que a segunda prolonga a primeira. Embora *A Cidade e as Serras* estivesse apenas parcialmente terminada à data da morte do escritor, como se sabe, cedo os intelectuais do Estado Novo se deram conta que dessas páginas (e também das de *Ilustre Casa de Ramires*) irradiava um impulso étnico que podia ser facilmente acomodado ao dispositivo de propaganda. Daí que estes dois romances tenham sido difundidos nessa altura como a verdadeira obra-prima de Eça, sob a premissa de que, quando comparados com os outros livros de Eça, estes tinham a vantagem de representar a suprema qualidade dos encantos bucólicos e morais da Lusitânia.

Em qualquer dos casos, mesmo que muitas das descrições de *A Cidade e as Serras* sejam concorrentes ou até antagónicas, há um facto que se mantém praticamente constante: quase todas pressupõem que Tormes, ‘descoberta’ por Jacinto de uma maneira inesperada, mas preservada de forma absolutamente intencional, lhe dá acesso ao jardim epicurista onde ele consegue finalmente encontrar uma forma prolongada de consolo patriarcal, retirando-se dos desejos vãos e dos perigos do Mundo Moderno e devotando-se unicamente ao prazer espiritual e físico e à Lei da Amizade. Aos 34 anos, crucificado pelos ditames da civilização, Jacinto levanta a cabeça, perscruta o horizonte, deixa para trás a vida decadente e sem sentido de Paris e encontra o seu *happy place*<sup>9</sup> – reencontrando, dessa maneira, um sentido para a existência. Zé Fernandes, do alto do saudosismo que lhe vibra na alma quando revê as paisagens conhecidas da serra, induz-nos a pensar em Jacinto como um Lázaro que torna à vida em Tormes, depois de morrer simbolicamente na decadente Paris durante a semana da Páscoa; ou como um misericordioso Sebastião que restaura o bem-estar físico e moral de uma comunidade atravessada pelo sofrimento; ou como uma “grande árvore” forte, serena, ditosa, benéfica, nobre, derramando sombra sobre centenas de súbditos devotos (Queirós 2009, p. 217). Elegantes e reconfortantemente familiares, estas variantes parecem organizar em termos simultaneamente lógicos e emocionais a narrativa antropogénica de Jacinto.

---

<sup>9</sup> *Happy places*: “Settings where everyone is content and fulfilled. Most who search for these do not believe them to be physical places but rather social places” (Peterson 2013, p. 249).



O aspeto deste relato que me parece mais discutível é que tanto os críticos que apostam na ideia de que ambos os textos ilustram uma reacionária tese pastoril como os que arriscam todas as fichas na crença de que ambos devem ser analisados como admiráveis exemplos da violenta ironia de Eça face à mediocridade da Lisboa do seu tempo partem do princípio que Jacinto vai fixar-se de vez na aldeia. De um lado da mesa, autores como Jacinto do Prado Coelho, João Medina e António José Saraiva desdenhosamente concluem que a ‘passividade’ de Jacinto exprime o gesto inglório com que um decaído Eça, desiludido com Lisboa e tentado pelas imagens consoladoras do Velho Portugal, trai os discípulos e confidentes e pousa as armas aos pés do antigo adversário. Do lado oposto, autores como Mário Sacramento e Maria Lúcia Lepecki observam que o substrato irónico de Zé Fernandes nos recorda que não devemos dar demasiada importância ao tom pastoral dos últimos textos de Eça. Lepecki, secundada por Coleman, pensa mesmo que Jacinto não sofreu nenhum tipo de transformação.<sup>10</sup> Mesmo na perspetiva mitocrítica de Lindeza Diogo e Sérgio Sousa, que considero a mais estimulante descrição disponível dos últimos Grandes Livros de Eça, profusa e densamente argumentada através de um brilhante *close reading* dos romances, e que estabelece a ideia de que a história de Jacinto pode e deve ser contada como uma atualização do mito prometaico, num quadro de simbologia diluviana e de figurações de ressurreição – mesmo Lindeza Diogo e Sérgio Sousa preferem manter a estabilidade intemporal de Tormes. Seja como for, de uma maneira ou de outra, pactuando ou não com as opções existenciais do novo sujeito agrícola e sedentário e com a ironia que dessas páginas parece emergir, todos eles nos dizem que, para que Eça fosse bem sucedido, Jacinto tinha de extrair dessa vasta conversa com a civilização as forças geradoras de *oikos*, isto é: uma casa e um modo de habitar essa casa. Posso então deduzir que a discordância entre os dois tipos de críticos está mais nos valores ideológicos e na moralidade da *oikos* imaginária que na sua efetiva *durabilidade*, de que ninguém parece duvidar.

Isto passa-se inclusivamente com críticos como Frank F. Sousa (1996) e Miguel Real (2006), que nos seus exaustivos estudos sobre o ‘Último Eça’ insistiram em seguir confiantemente pelo meio da rua, corrigindo as leituras de uma e outra banda e alertando constantemente para a importância de se jogar ao mesmo tempo com as fichas da ideologia, da ambiguidade e do dialogismo. É esta peculiar sentença que resume o aspeto crucial do último problema que quero aqui abordar: quer de um lado da rua, quer do outro, à medida que os anos passam a crítica tem sido unânime em concordar que a transferência de um Jacinto moribundo da Cidade para as Serras, onde o fidalgo de novo enraizou, e a nova ordem simbólica que daí resulta, devem ser vistas como um fatídico bilhete sem regresso: nenhum deles achou por bem dispensar a imagem de um *pater familias* bem estabelecido em Tormes.

---

<sup>10</sup> *In suma*, Alexander Coleman conclui a sua análise de *A Cidade e as Serras*: “it is fair to say that Jacinto is and will remain an *iludido*, whether in Paris or in Tormes – deceived, deluded, a victim of his own ego, subjectivism and self-pity” (Coleman 1980, p. 280).

## 5. O que se perde na tradução

Qualquer que seja a sua maneira de olhar para Jacinto, a noção de que a Quinta de Vila Nova está para Eça como Tormes está para Jacinto tem sido determinante para se lidar com *A Cidade e as Serras*. E tem sido determinante quer gostemos de vê-lo como um idílio pastoral e nacionalista, quer gostemos de vê-lo como expoente exemplar do ceticismo crítico de Eça, lamentando não só Paris mas principalmente Portugal, quer tentemos manejar as várias posições num terreno intermédio de modo a vê-lo como o dispositivo utópico através do qual Eça de Queirós resolveu as antinomias do progresso combinando o melhor do progresso científico com o melhor das serras. Em qualquer destes casos, os largos hectares de Tormes, consolidados pelos rendimentos intemporais de Jacinto, surgem-nos sempre como o centro vivo e luminoso de uma grande esfera patriarcal onde tudo corre bem.

É um facto que a esperança de que o regresso ao campo pudesse ajudar o Homem a distanciar-se da sociedade industrial, a retomar a ligação mítica com a existência que a modernidade tinha destruído, era uma tendência da sensibilidade e do pensamento de muitos intelectuais fim-de-século. É muito possível, aliás, que esse assunto surgisse nas conversas que Eça tinha com os amigos Oliveira Martins e Eduardo Prado. E até nas conversas com Carlos Fradique Mendes, a excêntrica figura com quem o Eça dos últimos anos tão frequentemente se confunde (Simões 1973, p. 664). De facto, Eça e Fradique partilham muitas coisas, mas, em lugar de o vermos como o Alberto Caeiro ou o Álvaro Campos de Pessoa – como o faz Ana Nascimento Piedade (2003)<sup>11</sup>, ganharemos muito se o virmos como um género literário particular<sup>12</sup> que Eça adota, da mesma maneira que adotou a forma e o estilo de *Os Maias* ou de *A Relíquia*, para nos apresentar a sua visão sobre o Portugal do seu tempo. Infelizmente colhido pela morte no inverno de 1888, em Paris, Fradique não teve oportunidade para conhecer Tormes e experimentar o poderoso método de Jacinto. Em todo o caso, também nisso o autor da célebre correspondência se tinha adiantado aos seus contemporâneos, adquirindo uma ‘quintarola’ em Sintra para recuperar do tédio cinzento e pastoso dos salões sobreaquecidos de Paris. Para Fradique, o esforço requerido para mudar da Cidade para a Montanha equivalia, em termos terapêuticos, ao prazer de tomar um bom banho e comer um cozido vernáculo. Mas esse esforço significaria o investimento de dois anos, no máximo, e nunca configuraria uma deslocalização permanente para as remotas serras de um Portugal remoto. Ironicamente, Fradique, ao contrário de Jacinto, não teve coragem para abandonar a existência luxuosa e imunizada a que António José Saraiva chama de “fradiquismo” (1946, pp. 137–139). É por isso sintomático que João Gaspar Simões, numa intuição hermeneuticamente desajeitada, mas decisiva e providencial, tenha chegado mesmo a repudiar o último romance de Eça, afirmando que todos nós

---

<sup>11</sup> A tese da autora é a de que os últimos textos de Eça se aproximam deliberadamente do “modo-de-ser-moderno” que Mário de Sá-Carneiro e Fernando Pessoa irão cultivar poucos anos depois no contexto do primeiro Modernismo português.

<sup>12</sup> Permitam-me que use aqui a expressão ‘género literário’ em termos pessoais e pouco rigorosos, mas ainda assim úteis, para me referir às qualidades formais e conceptuais da figura de Fradique e da sua *Correspondência*.

sabíamos de antemão que Eça nunca ia abdicar da casa de Paris em favor da casa rústica de Tormes, ainda que Tormes pudesse encerrar boas lições existenciais. Por isso vale a pena regressarmos a essa célebre passagem de *Vida e Obra de Eça de Queirós*:

Eça de Queirós nunca teria trocado Paris por Tormes. Não havia, portanto, sinceridade profunda em *A Cidade e as Serras*. Obra escrita com a perfeição fácil com que o romancista tratava um tema em que a tese superava a observação da realidade, a história de Jacinto, novela ligeira, onde a única figura com nervo e vida é Zé Fernandes, caricatura satírica do português, *A Cidade e as Serras* nem sequer tem o mérito de documentar uma verdadeira transformação desse *civilizado* Fradique Mendes que era então Eça de Queirós. (Simões 1973, p. 664)

Se descontarmos o convencionalismo do juízo sobre a ‘insinceridade’ de Eça, que, como observa Abel Barros Baptista (2001, p. 43), é o tipo de ideia a que a crítica moderna reage mal, o que parece é que, com este axioma, Gaspar Simões, ainda assim, foi capaz de se aproximar de um ponto nevrálgico cuja importância quero sublinhar de novo, mesmo que a maioria dos críticos desvalorize este género de anedota biografista. Presumo que a principal objeção de Gaspar Simões era que a “novela” não cumpria a missão artística de ensinar a “ver verdadeiro”, pelo que traía todo o espírito e a memória do autor realista de *O Crime do Padre Amaro*. O erro de Simões está no facto de que a insinceridade que ele denuncia não está propriamente no livro, mas no leitor que quiser utilizar o livro para se aproximar do Horizonte Messiânico da Cultura Portuguesa. Ainda que a sua leitura de *A Cidade e as Serras*, que se lhe afigurava como um subproduto idealista e artificial, a todos os títulos indigno da pena de Eça de Queirós, estivesse informada pelo ressentimento, parece-me que Simões tocou em alguns pontos muito sensíveis. Afinal de contas, julgo que é ainda relevante chamar a atenção para o facto de que Eça, apesar de Emília, nunca pensou em mudar-se para Tormes, como é ainda relevante chamar a atenção para o “artificialismo em que a obra assenta” (Simões 1973, p. 664). O passo seguinte, quanto a mim, é compreendermos que não devemos querer conjurar na paisagem de Tormes os alicerces de uma casa comum para os portugueses. À semelhança de outros, Gaspar Simões não escapou a esta sina. O problema é que a lição existencial oferecida pelo romance (a transformação de Fradique) não precisa de ser vinculada à ideia de que Jacinto seja permanentemente transplantado para Tormes: só exige que Tormes seja descrita como a aplicação de um grande choque eléctrico a um grande corpo letárgico. O meu argumento final em favor da topologia singular de Tormes e da relação entre Jacinto e Fradique pode, então, ser exposto como se segue.

Ao injetar Jacinto com quantidades quase letais de Serra, Eça não estava propriamente interessado em organizar o mito de uma Arcádia nas montanhas de Portugal. Nem em elogiar o tipo de práticas de um aristocrata rural circunscrito aos códigos sociais, morais e políticos de um mundo já perdido, contrapondo-as, em clave pragmática, ao aviso punitivo de que a combinação de tecnologia e nihilismo do *ethos* moderno estava a produzir uma série perigosa e autodestrutiva de Fradiques. Julgo que a relevância e a durabilidade de *A Cidade e as Serras* estão na maneira como Eça recorre ao imaginário escapista das paisagens de reclusão para fazer a crítica responsável do

tipo de existência pretensiosa, falsificada e desperdiçada que Fradique simboliza. Assim descrita, a deflexão de Jacinto, rompendo a membrana do esteticismo cético típico da sua classe social em direção a uma experiência vital mais gratificante e autêntica, pode interconectar-se com o gesto de temporalizar um tipo tão lapidado quanto Carlos Fradique Mendes. Mesmo que marchasse cinco léguas sem parar, batesse ao remo os melhores remadores de Oxford (Queirós 1947, p. 364) e fosse capaz de ler Sófocles no original, Eça sabia que Fradique estava mortalmente afetado pela doença da Modernidade, e por isso deixou que morresse desamparado, banal e patético, na sua apoteótica Paris, em consequência de uma leve corrente de ar (*idem*, pp. 401–402).

Para continuarmos, é preciso retomar novamente as observações de Gaspar Simões. Simões, que na altura em que redigiu a biografia de Eça estava já sob a poderosa influência de Pessoa, leu o Eça dos últimos anos mediado pela semântica de Fradique. Entendendo esse dilema, entendo também perfeitamente a sua desconfiança perante o romance, que o obrigava a conviver com a imagem intolerável de um Eça em diferido, sentimental, penitente e passivo, ajustando-se aos ideais de um *modus vivendi* burguês e aristocrático que o triunfante *dandy* violentamente exteriorizava. No que diz respeito à ‘interpretação psicanalítica’, aí concordo inteiramente com Simões: é óbvio que Eça, intimamente, nunca pensou em mudar para a serra. No entanto, para além das sugestões de Fernandes, a que podemos facilmente opor diversas objeções, não encontro em *A Cidade e as Serras* qualquer prova textual de que a mobilização subjetiva de Jacinto em Tormes exige a liquidação em hasta pública do 202. Tivesse Eça procurado fazer isso, poderíamos com razão acusá-lo de insinceridade, classificando *A Cidade e as Serras* como um livrinho habilidoso, mas menor, infinitamente menor que *Os Maias*. Todavia, a dissonância que Simões desdenhosamente assinala nunca aconteceu. A lição de Tormes é de outra índole. Bem sei que Jacinto, pelo menos durante cinco anos, virou as costas a Paris. Bem sei que há uma série de passagens que nos dão o direito de defendermos que a história de Jacinto é a história de um homem que se retira de vez para um confortável repouso, abandonando as rotinas inúteis e o sofrimento da Cidade para se deixar ficar como um benemérito na sua aldeia ancestral, rodeado de bosques, de campos, de rios. Bem sei que, na melhor tradição pastoral, a Arcádia de Eça deve ser lida nos termos do contexto cultural desse tempo. Bem sei que uma leitura rigorosa dos parágrafos finais encontra implícita a indicação de que, se Jacinto regressar a Paris, é só por uns meses, e na condição do turista que vai a Paris só para mostrar à mulher e aos filhos a casa onde nasceu. Ainda assim, ao contrário do que a Tradição Crítica tem sugerido, julgo que a casa e a quinta de Tormes não devem ser vistas como “extensões esféricas essencialmente irredutíveis e cercadas por um anel de coisas abandonadas e deixadas à distância” (Sloterdijk 2005, p. 275) onde o nosso herói, depois da epifania de beleza da montanha, encontrou a claridade final – e onde nós poderemos sempre encontrar, refulgindo numa imortalidade de mármore, um conjunto de proposições permanentes sobre Portugal.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Recordemos o modo como Fernandes termina o relato: “trilhando um solo eterno, e de eterna solidez, com a alma contente, e Deus contente de nós, serenamente e seguramente, subíamos – para o Castelo da Grã-Ventura!” (Queirós 2009, pp. 231–232). Ainda a este propósito, recordem-se igualmente as palavras

Depois de ter adiado por umas quantas vezes o *desejado regresso*, Jacinto talvez ainda volte a Paris, talvez não – o facto é que nunca vamos chegar a uma conclusão definitiva. Também isso não importa muito. Hoje em dia, Paris já não é, nem de perto nem de longe, o Centro do Mundo, uma palavra como Civilização já não significa nada de decisivo e o Mundo Rural Português repousa há muito sob a poeira do tempo. Mas, e em termos cada vez mais reconhecíveis, todos concordamos que há uma diferença nítida entre a Saúde e a Doença, ou, se preferirmos, entre alguém que se exercita e alguém que não se exercita. Interpretada como o Simulador específico que descrevi, Tormes, sob um ponto de vista processual, pode ainda mostrar-nos de forma muito produtiva que o exercício ascético e vertical nos ajuda a romper o nevoeiro dos dias.

Para isso, recomendo que evitemos as correspondências estáticas habituais (Eça como Jacinto, Santa Cruz como Tormes, Eça como Reformador de Mentalidades, etc.) e tentemos comparar Tormes com o templo grego de Heidegger.<sup>14</sup> Isto é: como uma edificação concebida para ser vivida no imediato: enformando um guia de ação; traduzindo uma atitude perante a vida e não uma visão de como os conflitos da realidade se devem articular entre si num equilíbrio redentor; enfrentando o facto de que os “sistemas de filosofia, teorias do universo, concepções de sociologia”<sup>15</sup> não passam de descrições temporárias que, de tempos a tempos, são substituídas por novas descrições, igualmente temporárias. Creio que *A Cidade e as Serras* não precisa de justificação adicional. Evitando a nostalgia fundacional, prefiro, portanto, adotar uma perspetiva pragmática e admitir que o único imperativo a que o romance obedece é a mudança de vida de Jacinto. Nestes termos, Jacinto poderá ser visto como uma redescção de Fradique e a sua história a alegoria do combate de um homem com a finitude, de maneira a fazer com que o futuro seja diferente do passado (Rorty 1982, p. 160). Julgo que este modo de ver as coisas torna o jardim de Tormes mais valioso e direto, mais comunicante e exigente para nós.

No entanto, nem tudo são rosas. Há que pagar um preço por querer dar nova vida ao texto. A consequência maior é que sou obrigado a encolher definitivamente os ombros, abandonando a imagem de Tormes como um paraíso bucólico, estático e intemporal, e a imagem dos livros de Eça como a tentativa mais bem-sucedida para analisar a natureza do Mundo Português – para as substituir pela metáfora de uma superfície táctil e direta que, ondulando por vale e monte, se desdobra continuamente diante de Jacinto. Isso é budismo, humanismo, ironia e crítica social na medida em que é ascese, exercício, *areté* e impulso vertical. Quanto a mim, mais do que na “incomparável beleza da serra bendita” (Queirós 2009, p. 124), é nessa tensão específica com o céu que, no mundo pós-humanista em que coexistimos, há que procurar o sublime de *A Cidade e as Serras*. Por isso, devemos ser capazes de deixar o

---

com que Miguel Real abre o seu livro, em clara sintonia com o *excipit* de *A Cidade e as Serras*: “Os romances, contos e crónicas do Último Eça refulgem hoje com uma actualidade inusitada. Sob a diferença da conjuntura, vibra hoje, estruturalmente, o mesmo Portugal que Eça conheceu” (Real 2006, p. 11).

<sup>14</sup> Sobre a subtil descrição que Heidegger nos oferece do templo Grego, consultar George Steiner (1971, pp. 134–135)

<sup>15</sup> Note-se que é precisamente esta passagem de *Notas Contemporâneas* que Miguel Real (2006) introduz como epígrafe de *O Último Eça*.

nosso herói no presente contínuo da sua luta e, inspirados pelo seu exemplo de *mindfulness*, sair em busca do nosso próprio caminho. Para que a experiência pastoral de Jacinto nos ensine qualquer coisa de útil, Tormes tem mesmo de ser o seu retiro – e, ao mesmo tempo, a nossa vedação. Queira-se ou não, afinal, como nos ensina Virginia Woolf, esse é o tipo de luta que requer uma quinta que seja só sua.

## Referências

- Baptista, A. B. (2001). *A Cidade e as Serras. Uma Revisão*. Coimbra: Angelus Novus.
- Campos Matos, A. (2006). *A Casa de Tormes. Inventário de um património*. (2ª ed.) Lisboa: Fundação Eça de Queiroz e Livros Horizonte.
- Coleman, A. (1980). *Eça de Queirós and the European Realism*. New York: New York University Press.
- Diogo, A. A. & Sousa, S. G. (2001). *O Último Eça, Romance e Mito*. Braga: Cadernos do Povo.
- James, W. (1948). *Essays in Pragmatism*. New York: Hafner Press.
- Lepecki, M. L. (1974). *Eça na ambiguidade*. Lisboa: Jornal do Fundão.
- Lourenço, E. (2006). O tempo de Eça e Eça e o tempo. In *id.*, *As saias de Elvira e outros ensaios* (pp. 33–45), Lisboa: Gradiva,.
- Oliveira, P. M. (1997). Tradição e Modernidade em *A Cidade e as Serras*. *Boletim do CESP (FALE/UFGM)*, 17 (21), pp. 155–171.
- Ortigão, R. (2009). Advertência. In *Eça de Queirós, A Cidade e as Serras* (p. 235). Lisboa: LeYa.
- Peterson, C. (2013). *Pursuing the Good Life*. New York: Oxford University Press.
- Prado Coelho, J. (1996). A tese de *A Cidade e as Serras*. In *id.*, *A letra e o leitor* (pp. 211–217), Lisboa: Moraes.
- Piedade, A. N. (2003). *Fradiquismo e Modernidade no Último Eça*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Queirós, J.M. Eça de (1947). *Correspondência de Fradique Mendes*. Obras de Eça de Queiroz, VI. Edição do Centenário. Porto: Lello & Irmão, 1947.
- Queirós, J.M. Eça de (1986). Correspondência. *Obras de Eça de Queirós, IV*. Porto: Lello & Irmão.
- Queirós, J.M. Eça de (2009). *A Cidade e as Serras*. Lisboa: LeYa.
- Queirós, J.M. Eça de (1987). *Os Maias*. Lisboa: Europa-América.
- Real, M. (2006). *O Último Eça*. Lisboa: Quidnovi.
- Rorty, R. (1982). *Consequences of Pragmatism: Essays, 1972–1980*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press.
- Saraiva, A. J. (1946). *As ideias de Eça de Queirós*. Lisboa: Centro Bibliográfico.
- Sérgio, A. (1971), Notas sobre a imaginação, a Fantasia e o Problema Psicológico-Moral na Obra Novelística de Queirós. In *id.*, *Ensaio, VI* (pp. 53–120), Lisboa: Sá da Costa,.
- Simões, J. G. (1973). *Vida e Obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Bertrand.
- Sloterdijk, P. (2005). *Palácio de Cristal. Para uma teoria filosófica da globalização*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Sousa, F. F. (1996). *O Segredo de Eça. Ideologia e ambiguidade em A Cidade e as Serras*. Lisboa: Cosmos.
- Sousa, S. G. (2012). A Origem Oriental de Jacinto. *Moenia* 18, pp. 489–497.
- Steiner, G. (1971). In *Bluebeard's Castle. Notes towards the re-definition of culture*. New Haven: Yale University Press.
- Woolf, V. (1929). *A room of one's own*. New York: Harcourt, Brace and Company.

[recebido em 9 de agosto de 2018 e aceite para publicação em 25 de novembro de 2018]